

# CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDIÇÃO Nº 06/2024





# SUMÁRIO

01

Ministério Público

02

Tribunais de Justiça

03

Tribunais Superiores

04

Novidades Legislativas

05

Notícias

---

## EQUIPE

**Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza**  
Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO  
Pessoa com Deficiência

**Dr. Wellington Petrolini Molitor**  
Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto  
do CAO Pessoa com Deficiência

**Thatyane Domingues Moreira Nunes**  
Assistente Social

**Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha**  
Auxiliar Ministerial

**Kamila Valeria Reis Marques**  
Residente Jurídico

# 01 MINISTÉRIO PÚBLICO

## MPF

- ▶ MPF apura recusas de atendimento e cancelamento unilateral de planos de saúde de autistas
- ▶ Após atuação do MPF, ANTT regulamenta direitos de pessoas com deficiência no transporte interestadual

## MPCE

- ▶ Sentença favorável ao MP do Ceará é mantida em caráter definitivo e obriga Município de Fortaleza a implantar serviço de Libras em unidades de saúde
- ▶ MP do Ceará cobra que condomínio em Fortaleza ofereça estrutura acessível para morador com deficiências

## MPSE

- ▶ Através de procedimentos e audiências, MP de Sergipe atua para criar protocolo e fluxo de tratamento multidisciplinar para crianças autistas
- ▶ MPSE ajuíza Ação Civil Pública para assegurar fornecimento gratuito de medicamento para criança com Transtorno do Espectro Autista

## MPTO

- ▶ Parecer do MPTO reforça necessidade de tratamento multidisciplinar contínuo para pacientes com TEA em Gurupi

## MPRN

- ▶ MPRN firma TACs com estabelecimentos de hospedagem buscando acessibilidade
- ▶ MPRN quer que Estado solucione filas de espera na saúde para pacientes com deficiência

## MPRJ

- ▶ MPRJ denuncia professora que agrediu criança com transtorno do espectro autista em creche do Méier

## MPAP

- ▶ MP-AP, TJAP e Prefeitura de Macapá se unem para garantir atendimento digno às pessoas com Transtorno do Espectro Autista

## MPPI

- ▶ Após atuação do MPPI, Justiça determina que concurso da FMS garanta reserva de vagas para pessoas com deficiência

## MPSP

- ▶ Ribeirão Pires acata recomendação do MPSP e restabelece validade de bilhete para pessoas com deficiência
- ▶ A pedido do MPSP, Supremo valida lei que garante cartão de vacinação em braile

## MPGO

- ▶ Em recurso do MPGO, STF reforma decisão do TJGO e valida lei de Goiânia que prevê intérprete de LIBRAS para mães com deficiência auditiva em atendimentos na rede pública
- ▶ MPGO aciona instituição bancária para garantir direito de consumidores com deficiência visual em Jataí
- ▶ MPGO recomenda ao município de Jataí a instalação de semáforos equipados com emissão de sinal sonoro



# 02 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

## TJDFT

- Hotel é condenado a indenizar hóspede por falha em acessibilidade

## TJAP

- Escola é condenada por recusa de matrícula de criança com autismo
- Justiça do Amapá condena plano de saúde a disponibilizar sessões de terapia a criança com Transtorno do Espectro Autista

## TJSC

- Plano de saúde deve aceitar dependentes com transtorno do espectro autista
- Tribunal de Justiça catarinense conta com serviço de intérprete de Libras

## TJMA

- Estado é condenado a realizar concurso para professores de Educação Especial

## TJRJ

- Justiça determina que Unimed reintegre criança com deficiência de Transtorno do Espectro Autista ao plano de saúde

## TJAM

- 3.<sup>a</sup> Turma Recursal condena academia por discriminação contra pessoa com deficiência

## TJAC

- Justiça acreana decide que plano de saúde não deve cancelar contrato de beneficiário diagnosticado com espectro autista

# 03 TRIBUNAIS SUPERIORES

## Superior Tribunal de Justiça

**Plano só precisa cobrir psicopedagogia para TEA se realizada por profissional de saúde em ambiente clínico**

*Atuação do psicopedagogo está situada entre a saúde e a educação*

A relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, comentou que a atuação do psicopedagogo está situada entre as áreas da saúde e da educação. Dessa forma, segundo ela, as sessões de psicopedagogia tanto podem ser conduzidas por profissionais do ensino, em ambiente escolar ou domiciliar, quando prepondera a vertente da educação; como podem ser conduzidas por profissionais da saúde, em ambiente clínico, quando prepondera a vertente da saúde.

Contudo, a ministra explicou que é somente em ambiente clínico (consultório ou ambulatório), e quando conduzida por profissionais da saúde, que a psicopedagogia se configura como efetiva prestação de serviço de assistência à saúde, podendo ser objeto do contrato de plano de saúde disciplinado pela Lei 9.656/1998 – ressalvada a possibilidade de haver previsão contratual para cobertura do tratamento em ambiente escolar ou domiciliar.

*Psicopedagogia é contemplada nas sessões de psicologia, de cobertura obrigatória*

A relatora ainda apontou que a ANS, por meio da Resolução Normativa 541/2022, alterou a Resolução Normativa 465/2021, que dispõe sobre o rol de procedimentos e eventos em saúde no âmbito da saúde suplementar, para revogar as diretrizes de utilização referentes aos atendimentos com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, eliminando as condições exigidas para a cobertura obrigatória.

"Assim, a psicopedagogia há de ser considerada como contemplada nas sessões de psicologia, as quais, de acordo com a ANS, são de cobertura obrigatória e ilimitada pelas operadoras de planos de saúde" – afirmou a ministra, ressaltando que, salvo previsão contratual expressa, tal obrigação não se estende ao acompanhamento em ambiente escolar ou domiciliar, ou realizado por profissional do ensino.

Quanto ao recurso da mãe, a relatora também destacou que a ANS já reafirmou a importância das terapias multidisciplinares para os portadores de transtornos globais do desenvolvimento. Segundo ela, a Terceira Turma consolidou o entendimento de que, "sendo a equoterapia e a musicoterapia métodos eficientes de reabilitação da pessoa com deficiência, não de ser tidas como de cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde para os beneficiários portadores de transtornos globais do desenvolvimento, entre eles o transtorno do espectro autista".

# 04 NOVIDADES LEGISLATIVAS

- Comissão debate a criação de delegacias especializadas em crimes contra a pessoa com deficiência
- Comissão aprova regras para aposentadoria de servidor público com deficiência
- Comissão aprova projeto que facilita crédito a pequenos negócios controlados por pessoas com deficiência
- Comissão aprova projeto que garante tempo extra para pessoa com autismo em provas de concurso
- Comissão aprova projeto que autoriza uso de vaga reservada por pessoa com qualquer deficiência
- Comissão aprova punições para pessoas e empresas que discriminarem pessoas com autismo
- Comissão aprova projeto que isenta pessoa com deficiência de pagar IPI na compra de trator
- Aprovado em comissão projeto que detalha regras de adaptação de veículos para pessoas com deficiência
- Comissão aprova projeto que obriga hotéis a terem ao menos 20% de quartos acessíveis
- Comissão aprova projeto que adota Libras como critério de desempate em concursos públicos
- Comissão aprova reserva de vagas para pessoas com deficiência em programa de qualificação
- Comissão aprova uso de classificação internacional com referência para avaliar deficiências
- Comissão aprova regras para atendimento de pessoas com deficiência na Lei dos Planos de Saúde
- Comissão aprova projeto que reforça direito de pessoa com deficiência à adaptação de carros usados
- Comissão aprova prioridade no atendimento de saúde para criança com deficiência ou doença crônica
- Comissão aprova projeto que prevê o parcelamento de multas de trânsito para pessoas com deficiência
- Comissão aprova reprodução de obras em linguagem simples para pessoas com deficiência
- Comissão aprova criação de cadastro nacional da pessoa com transtorno do espectro autista
- Comissão aprova pensão para mãe ou pai de pessoa com doença rara incapacitante
- Comissão aprova presença de intérprete de Libras para acompanhar paciente surdo em hospital
- Comissão aprova proposta que define espinha bífida aberta como deficiência
- Comissão aprova projeto que concede aos pais de crianças com deficiência o direito de conciliar suas férias com as de seus filhos
- Comissão aprova projeto que obriga SUS a cadastrar dados sobre atendimentos a pessoas com deficiência
- Comissão aprova projeto que cria redes de apoio no SUS para suporte a famílias de pessoas com autismo



# 05 NOTÍCIAS

- Direito a trabalho remoto para autistas ganha popularidade entre ideias legislativas
- Diagnóstico tardio de autismo traz histórias de autoconhecimento
- Igualdade na educação: a importância de se construir um futuro inclusivo para todos
- Brasil apresenta políticas contra capacitismo em evento da ONU
- Ministério da Saúde retoma teste para autismo em caderneta da criança
- Manual traz orientações sobre autismo e neurodiversidade para jornalistas
- Policiais Militares de São Paulo recebem capacitação para atender estudantes com deficiência
- Mais de 23 mil pedidos de isenção de IPVA PcD em São Paulo ainda aguardam decisão da SEFAZ
- Plano de saúde deve arcar com tratamento de dependente de beneficiário diagnosticado com síndrome de Down





# MPMT

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

## CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional  
Procuradoria Geral de Justiça  
65 3611-0600  
[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)

Contato:  
[cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br](mailto:cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br)